

# O Despertar do Dragão: O Nascimento do Imperialismo Chinês

## *The Awakening of the Dragon: The Birth of Chinese Imperialism*

Mário José Maestri Filho

*Universidade de Passo Fundo (UPF)*

**Resumo:** O presente artigo analisa as raízes do atual conflito USA X China. Aborda a conquista do poder pelo PCC, em 1949; o caráter camponês e escassamente proletário daquela revolução; os primeiros anos da revolução e o I Plano Quinquenal; o lançamento, fracasso e as consequências do Grande Salto Adiante (1958-60); a contraofensiva e vitória de Mao Tsé-Tung e de sua facção quando da Grande Revolução Cultural Proletária (1965-69); os projeto, desdobramentos e crise da Revolução Cultural; o fortalecimento da economia mercantil na China,; a morte de Mao Tsé-Tung; o retorno de Deng Xiaoping e o fim da Era Maoísta (1949-1978.).

**Palavras-chave:** China. Grande Salto Adiante. Revolução Cultural.

**Abstract:** This article analyzes the roots of the current USA X China conflict. It addresses the conquest of power by the CCP in 1949. The peasant and sparsely proletarian character of that revolution. The first years of the revolution and the First Five Year Plan. The launch, failure and consequences of the Great Leap Forward (1958-60). The counteroffensive and victory of Mao Zedong and his faction during the Great Revolution Proletarian Culture (1965-69). Project, developments and crisis of the Cultural Revolution. The strengthening of the mercantile economy in China, the death of Mao Zedong, the return of Deng Xiaoping and the end of the Maoist Era (1949-1978.).

**Keywords:** China. Great Leap Forward. Cultural Revolution.

## REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NA CHINA (1949-1978)

**A** radicalização do ativismo anti-China não foi apelação eleitoral de Donald Trump (1946). No essencial, fora os métodos excêntricos do ex-presidente estadunidense, a ofensiva contou com o apoio do agora presidente democrata Joe Biden (1948) e de seu partido. As grandes medidas anti-China tiveram o consenso geral da Câmara e do Senado, por parte de democratas e republicanos. “O Congresso (dos USA) tem se manifestado através de audiências, declarações e relatórios que lançam luz sobre o comportamento maligno do PCC.” (CASA BRANCA, 20 de maio de 2020.) Trump e Biden disputaram, quando das eleições, a taça de quem mais desancava o “chinês” diante do eleitorado estadunidense. A ofensiva anti-China é política de Estado e consolidou amplo sentimento sinofóbico naquele país.

“A hegemonia em nível mundial —na definição do embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães— é a capacidade de elaborar, divulgar e fazer aceitar pela maioria dos Estados uma visão do mundo em que o país hegemônico é o centro; de organizar a produção, o comércio e as finanças mundiais de forma a captar para a sede do Império uma parcela maior do Produto Mundial para uso de sua população, e, muito em especial, de suas classes hegemônicas e de seus altos funcionários; de impor a ‘agenda’ da política internacional; de ter força para punir os governos das ‘Províncias’ do Império que se recusem a aceitar ou se desviem das regras (informais) de seu funcionamento.” (GUIMARÃES, 2020, p. 22-3; MOROZOV, 2020, p. 22-3)

Há anos, os governos estadunidenses apontam o “Império do Meio” como ameaça crescente à indiscutível hegemonia mundial do USA. Desde a administração Bill Clinton, o Partido Democrata passou a expressar o grande capital globalizado e a apoiar a deslocalização industrial, dando as costas para seu eleitorado tradicional, os trabalhadores manufatureiros, não apenas brancos. Esses, desmoralizados e abandonados, iniciaram migração em direção ao populismo conservador de direita. As duas administrações Bill Clinton (1993 e 2001) estenderam o tapete vermelho para a China, apostando na política da globalização, para encher as burras do grande capital estadunidense ali investido. O ingresso da China na OMC, em 2011, teria custado aos USA 2,4 milhões de postos de trabalho na manufatura. (KARABEL, 2020, page 13.) Barak Obama, em retificação parcial na política exterior daquela orientação, enfatizou a importância econômica e militar da Ásia e do Pacífico e propôs o “Rebalance to Asia-Pacific”. (DAUPHIN, 2017. p. 34-43.) As administrações Obama se moveram ainda no contexto da narrativa de uma “concorrência

amistosa”, e não de confronto direto com a China. Apesar disso, a Huawei anunciou o abandono dos Estados Unidos em 2013. (PARANÁ, 2019. p. 51.)

A grande virada veio com a vitória de Donald Trump, em 2016, expressão do capital *interno* estadunidense, defensor da reindustrialização do país. Trump exacerbou a reorientação da administração anterior, chegando a propor uma eventual “desconexão” com a China, um passo antes de guerra frontal. A “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”, de 2017, de viés trumpeano, propôs a necessidade que os “Estados Unidos” repensassem as “políticas das duas últimas décadas – políticas baseadas no pressuposto de que o engajamento com rivais e sua inclusão em instituições internacionais e no comércio global os tornaria atores benignos e parceiros confiáveis. Em geral, essa premissa acabou se mostrando falsa.” (CASA BRANCA. 2020.) O ataque geral de Donald Trump à China radicalizou-se nas últimas semanas de seu governo.

### 1.1. As Raízes Histórica do Conflito

A partir de 1979, com a oficialização do movimento de restauração capitalista, sob a direção de Deng Xiaoping (1904-1992), a transferência mundial da indústria para regiões de mão-de-obra super-explorada deslocou para a China milhares de empresas estadunidenses e européias, o que destruiu dezenas de milhões de empregos nos países de origem. A nação continental oferecia mão de obra barata, disciplinada, educada, jugulada, além de enorme mercado e boas infraestruturas, construídas e financiadas na Era Socialista (1949-1979). Oferecia também a parceria com enormes capitais chineses, estatais e mesmo privados. Muito logo, a China transformou-se na “fábrica do mundo” dos nossos tempos, para a alegria dos capitais privados chineses e internacionais. (*Apud.* PEDROZO, 2009, P. 49)

Ao lado de investimentos diretos internacionais, em parceria ou não com o Estado chinês, que constituíram grandes empresas, formavam-se centenas de milhares de pequenas e médias indústrias, de capitais nacionais, servindo-se da mão de obra imigrada das zonas rurais que, comumente, trabalhava sem contratos escritos, sofrendo toda sorte de multas, recebendo salários miseráveis, geralmente atrasados e descontos variados. Em geral, o grande capital internacional pagou e tratou melhor seus trabalhadores que a burguesia chinesa. Esse processo impulsionou a reprodução e acumulação endógenas de capitais, originando uma fortíssima burguesia nacional chinesa. (LETIZIA, 2012. p. 104; GUILLERMAZ, 1970. p. 120.) Com o andar da carroça, de exportadora de mercadorias de

baixo valor tecnológico e alta intensidade de trabalho vivo, quando não simples maquiladora, a indústria chinesa passou a enviar ao exterior produtos tecnológicos crescentemente refinados.

No processo de restauração-expansão capitalista, infinidade de pequenos, médios e grandes capitalistas ocuparam posições no Partido Comunista da China e um número enorme de militantes se apoderaram de empresas quando das privatizações ou abriram novas. O PCC se transformou em correia de transmissão dos interesses capitalistas junto ao poder central. Em dezembro de 1978, quando do Terceiro Pleno do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China, a oficialização da reorientação capitalista não foi decisão monocrática de Deng Xiaoping e de sua facção, permitida pela morte de Mao Tsé-Tung (1893-1976) e Xu Enlai (1988-1976). E muito menos “estratégia de desenvolvimento” nascida da vontade de “tornar a China um país moderno, rico e poderoso”, devendo-se a isso a criação de “uma economia de mercado”. (Cf., PARANÁ, 2019 . p. 44.) Ela expressou a maioria no comitê central que pôs fim a um conflito de classes há décadas em curso no interior do PCC e na sociedade, em desfavor dos trabalhadores e do socialismo. O movimento apoiou-se em base social que se consolidara através dos anos, sobretudo no meio rural, onde 80% da população vivia ainda relações de produção pequeno-mercantis. Não procedem as propostas simplórias ou apologéticas de um desdobramento quase lógico e natural, com apenas alguns sobressaltos, de uma realidade estabelecida desde antes mesmo da conquista final do poder em 1949 pelo PCC. (Cf., por exemplo: LOSURDO, 2012.)

## **2. A LONGA MARCHA: 1949, O GRANDE SALTO, A REVOLUÇÃO CULTURAL**

### **2.1. O PCC E A Luta Pelo Poder. A Era Maoísta (1947-1979)**

Em 1º de outubro de 1949, após dominar importantes e crescentes regiões do país por longo anos, o PCC proclamou o nascimento da República Popular da China. Senhor do poder político, não o dividiu com a “burguesia nacionalista”, como fazia parte de seu programa que, obedecendo ao catecismo estalinista, propunha ser a revolução “contra o imperialismo e o feudalismo, e não contra o capitalismo”. (MAO TSÉ-TUNG, 1972, p. 84) O caminho tomado, inevitável, fora forçado pelo Kuomintang, partido do imperialismo e da burguesia e do latifúndio chinês. O confronto entre o Kuomintang e o PCC, desde

1927, fora suspenso, em 22 de setembro 1937, com a assinatura, sobretudo formal, de renúncia comunista à tomada do poder, após a invasão japonesa do norte da China. (GUILLERMAZ, 1959. p. 20.) As tropas japonesas já haviam ocupado a Manchúria em 1931. Com a derrota e capitulação dos japoneses, o Kuomintang, reconhecido pela URSS e com a ajuda militar dos USA, abriu confronto com o PCC, em 1946, no qual foi derrotado em 1949, refugiando-se na ilha de Formosa, onde permaneceu defendido pela marinha de guerra estadunidense. (GUILLERMAZ, 1959. p. 32.)

Naquele contexto geral, muito logo, iniciou-se o movimento pela instauração do socialismo em forma acelerada, apoiado pela URSS. Procedeu-se à nacionalização e democratização do uso parcelar da terra; nacionalização de parte significativa da indústria de grande porte; introdução do monopólio do comércio exterior. Cresceu a produção, caiu a inflação, aumentaram os salários e a renda do mundo rural. Formada na escola estalinista, a burocracia comunista chinesa não abriu espaço para a expressão autônoma dos trabalhadores urbanos, antes e após 1949. O mesmo se pode dizer sobre o mundo rural. (MAITAN, 1969, p. 13.) Como na URSS burocratizada, empreendeu-se “ditadura em nome do proletariado” e jamais “ditadura do proletariado”. O PCC chegara ao poder apoiado pelos camponeses e quase estranho ao movimento operário concentrado nas cidades da costa, algumas das últimas regiões conquistadas. Apenas em 1948, o exército de libertação conquistava sua primeira grande cidade, Tsinan, capital de Shantung. Minúsculo em relação ao mundo camponês, a construção de um grande proletariado na China se transformou em projeto da revolução socialista avançado em forma contraditória.

### **As Derrotas do Proletariado**

Desde o século 19, o frágil proletariado chinês participava em forma limitada aos movimentos políticos anti-coloniais, sobretudo nas regiões portuárias e nos polos urbanos industrializados. Com o início da I Guerra Mundial, a aceleração industrial chinesa, sobretudo com a expansão de empresas estrangeiras, avançou a concentração operária sobretudo em Xangai, Cantão e Tianjin, fortalecendo movimentos grevistas nos anos 1914-18. Então, o operariado urbano chinês não superava os dois milhões de trabalhadores, enquanto os trabalhadores rurais e camponeses ultrapassavam os quatrocentos milhões. Nos anos 1925-27, sob a direção do PCC, o proletariado chinês protagonizou grandes greves e a chamada Segunda Revolução Chinesa, a primeira seria a de 1910, quando da proclamação da república. O movimento fracassou devido à orientação

colaboracionista imposta pela direção da 3ª Internacional, nas mãos de N. Bukharin e J. Stalin, que determinou a submissão parcial e, a seguir, plena, do PCC ao Kuomintang — “frente única anti-imperialista” —, mesmo quando este último se preparava para reprimir e reprimia o movimento comunista. A essa orientação direitista seguiu-se surto esquerdista transitório. (Cf. SERGE, 1971.)

Orientado por Moscou, o PCC não avançou a revolução agrária, não realizou trabalho entre as tropas nacionalistas, determinou que suas organizações se submetessem à direção nacionalista-burguesa. O resultado mais tangível da orientação colaboracionista foi o massacre dos operários e comunistas de Xangai e Cantão e a repressão geral do PCC, pelo Kuomintang de *direita* e de *esquerda*, lançada sob a direção do general Chang Kai-shek, em 12 de abril de 1927. Leon Trotsky e a Oposição de Esquerda exigiam a autonomia dos comunistas e J. Stalin impunha a submissão ao partido e às forças armadas do nacionalismo burguês chinês. Em 30 de novembro de 1926, o “Pai dos Povos” pontificava, no VII Plenum Ampliado da Comissão Executiva da Internacional Comunista: “Dizem que os comunistas chineses deveriam separar-se do Kuomintang. (...) Deixar o Kuomintang seria para os comunistas chineses o mais grave erro.” (BARBIERI, 2020.) Com a enorme derrota e repressão, os trabalhadores refluíram até 1945 e o início do confronto entre o PCC e o Kuomintang, após a derrota do Japão. Os camponeses se transformaram no eixo da revolução. (GUILLERMAZ, 1970. p. 152.) Nas décadas seguintes a 1927, o PCC viveu sob a influência de igualitarismo camponês, sem praticamente laços significativos objetivos com o proletariado.

Em 1949, quando da conquista do poder, a China se encontrava devastada pela ocupação japonesa e pela guerra de libertação. Então, em torno de 80% da população vivia no campo e era responsável por 70% do PIB. Como vimos, os trabalhadores industriais não participaram da conquista do poder e Mao Tsé-Tung e o PCC partiram literalmente à *conquista* e à *construção* do proletariado. Já em 1948, oitenta mil trabalhadores industriais da Manchúria, região mais industrializada, ingressaram no partido que, em junho de 1950, cerrou temporariamente as portas aos camponeses. Havia consciência do desequilíbrio entre camponeses e trabalhadores industriais em um partido que se definia como vanguarda do proletariado. Em 1951, 6,3% dos militantes comunistas eram proletários e, em 1956, 14%. Em 1957, 30% da classe trabalhadora industrial ingressara no PCC e na Liga da Juventude Socialista. A sindicalização e os sindicatos, praticamente ausentes desde a derrota de 1927, passam a envolver praticamente todos os trabalhadores industriais.

Apesar do indiscutível esforço, a presença do proletariado industrial no PCC continuava minoritária, devido ao seu caráter minoritário no país, e era proporcionalmente menor nas direções médias e médias-altas do partido e da administração, posições ocupadas por militantes que haviam participado da luta pela libertação. Na cúpula máxima do PCC eram muito raros os dirigentes saídos das filas proletárias. Porém, não poucos trabalhadores urbanos progrediram no partido e na administração pública e industrial, o que não equilibrava a sub-representação do proletariado chinês, já que muitos deles se desligavam da produção direta para se transformar em burocratas, funcionários, diretores de empresas, etc.

Em forma geral, as condições de vida dos trabalhadores, já melhores em relação aos camponeses pobres e médios antes de 1949, avançaram com a Revolução, em forma absoluta e relativa. De 1952 a 1957, os salários médios cresceram em torno de 5,5%, praticamente acompanhando o aumento de produtividade, que tinha sido de 42%. As condições de vida eram duras e era grande o desemprego. O funcionário-operário de uma empresa (*zhibogong*) não era empregado do Estado, mas empregado de sua empresa estatal específica (*dannwei*), gozando, devido a isso, com seus familiares, de vantagens quanto à saúde, moradia, pensão, educação. Se a firma estatal fechasse, perdia seus direitos. (LEW, aout 1981, p. 8,9 e 10; LETIZIA. A pesada herança (...). Ob.cit. p. 115.)

### Um Mundo Camponês

Através de múltiplas determinações, o PCC expressava a realidade complexa do imenso país no qual dominavam os camponeses e a economia pequeno-mercantil e de subsistência. As terras rurais e urbanas passaram a ser propriedade eminente do Estado, em uma nação na qual os camponeses haviam conhecido pouco a propriedade alodial da terra. Empreendeu-se mega-reforma agrária em um sentido democrático, que extinguiu a classe dos proprietários rurais, ou seja, que arrendavam e não trabalhavam a terra, distribuindo seus terrenos em favor da pequena propriedade. Nos anos 1920, o PCC considerava como ricos os camponeses que tivessem seis e mais hectares. Talvez a metade das terras agrícolas foram distribuídas entre multidões de camponeses pobres que, em geral, não possuíam animais de tração. Todo camponês adulto teve direito a um mínimo de 1.700 metros quadrados, ou seja, 1/6 de hectare. Os proprietários *médios* e *ricos* foram poupados — na ausência de bancos, eles praticavam, quando podiam, a pequena agiotagem, contratavam trabalhadores, etc. (LETIZIA, 2012. p. 104; GUILLERMAZ, p. 151.)



Criaram-se algumas poucas explorações agrícolas estatais e os camponeses foram organizados em cooperativas que, em 1956, abraçavam 98% das pequenas propriedades rurais. O PCC chegara o poder devido à adesão de milhões de camponeses, como proposto. Com um proletariado urbano frágil, não era possível pensar em coletivização rural no estilo da empreendida pelo stalinismo, na ponta do fuzil, a partir de 1929. Ficava em aberto a forma pela qual se financiaria a expansão industrial, que devia se apoiar necessariamente na renda rural como principal fonte da “acumulação primitiva socialista”. (PREOBRAZHENSKY, 1971. P.30.) Entretanto, podia-se contar com o apoio da URSS que, inicialmente, contribuiu com técnicos, tecnologia, capitais, etc.

Com o primeiro Plano Quinquenal (1953-57), apoiado pela URSS, se acelera a nacionalização e estatização das indústrias privadas, movimento concluído apenas em 1956. Em geral, os burgueses nacionalistas receberam indenizações diferidas no tempo, em torno de um pagamento de 5% anuais sobre o valor das propriedades, e foram empregados na direção de empresas, para aproveitar suas experiências. Dois milhões e meio de proprietários teriam sido indenizados, entre eles, cem mil grandes capitalistas. Alguns deles recebiam dezenas de milhares de dólares anuais, em valores da época. Um fenômeno com graves sequelas, como veremos. (MAITAN, 1969, p. 20, 43; GUILLERMAZ, 1959. p. 48 *et seq.*) Nesses primeiros anos, o Estado realizou importantes investimentos sobretudo na indústria pesada. Em 1952, o país possuía já 25 milhões de proletários; 54 milhões em 1956 e, alguns anos mais tarde, 148 milhões, sobretudo em empresas estatais, que empregavam trabalhadores com direitos quanto à saúde, educação, pensão, moradia, remuneração, ainda que moderados. (BARBIERI, 2020.) No campo, os gastos com educação, saúde, pensão seguiram sendo sustentado pelos camponeses, como antes de 1949. Ainda em 1978, a indústria era responsável por 36% e a agricultura por 37% do PIB. A paz e a nova ordem aceleraram a expansão demográfica.

Em 1953, morria J. Stálin e, em 1956, Nikita Krushev empreendia em forma aberta o movimento de desestalinização burocrática e controlada. Inicialmente, a iniciativa russa reforçou, na China, o movimento de crítica e auto-crítica da burocracia, apoiado pelo VIII Congresso do PCC, que se reuniu em Pequim em setembro de 1956. Em inícios daquele ano iniciara-se o “Movimento das Cem Flores” - “que todas as flores se desenvolvam, que todas as escolas rivalizem” -, de abertura, dirigida sobretudo às classes intelectuais. A campanha ensejou um muito amplo movimento, sobretudo nas universidades, contra os métodos de gestão do Partido Comunista e contra o próprio PCC. Campanha de “retificação” reprimiu a dissidência e aumentou o controle social — em



1958, em torno de 700 mil intelectuais, administradores, quadros comunistas, etc., acusados de direitistas e pró-burgueses, haviam sido enviados para o campo para reeducarão.(GUILLERMAZ, 1959. p. 56-7.) A crítica ao culto da personalidade e ao poder unipessoal de J. Stalin desagradava Mao Tsé-Tung (1893-1976), que assumiria a denominação de “Grande Timoneiro”, como seu alter ego soviético a de “Pai dos Povos”, entre tantos outros apelativos grandiloqüentes. O afrouxamento da *disciplina social* dificultava o arroxio que se pretendia impor aos camponeses, para financiar a industrialização acelerada, no contexto dos crescentes problemas chineses surgidos com o PCUS.

A direção da URSS garantiria apenas a defesa da China, diante de agressão imperialista estadunidense, negando-se a apoiar a reconquista de Taiwan, que levaria a confronto militar direto com os USA. Negou-se, também, a ceder a tecnologia nuclear. A direção chinesa temia o movimento de distensão entre a URSS e os USA. Nikita Kruschev criticou e se negou a apoiar o Grande Salto Adiante (1958-60) e o abandono do II Plano Quinquenal, apesar do sucesso do I Plano chinês (1952-57), com crescimento do PIB anual de 6 a 8%. Aquelas iniciativas haviam sido propostas por Mao Tsé-Tung. A direção maoísta empreendeu crítica à desestalinização controlada e limitada do PCUS. Em 1960, já em pleno Grande Salto Adiante, os soviéticos romperam unilateralmente a cooperação com a China, retirando seus técnicos do país.

## 2.2. O Grande Salto Adiante se Esborracha no Chão

Dois anos antes, de 5 a 23 de maio de 1958, no VIII Congresso do PCC, foi aprovado o Grande Salto Adiante (1958-60), que pretendia acelerar fortemente a economia, de tal modo que se alcançasse, propunha-se, em três anos a Inglaterra e, em quinze, os Estados Unidos. Pretendia-se cumprir e superar o projetado para o II Plano Quinquenal (1958-62) em dois anos! “Produzir mais, mais rapidamente, melhor e com maior economia.” “A coexistência de uma economia camponesa individual de tendência capitalista e conservadora e de uma indústria estatal” era contraditória — lembra com razão o sinólogo francês Jacques Guillermaz.(GUILLERMAZ, 1959. p. 50.) A luta entre a produção mercantil e a ordem socialista em construção era fortíssima. Tratava-se de industrialização acelerada, financiada pelo mundo rural, como na URSS de J. Stalin, com as peculiaridades chinesas. Pretendia-se substituir as máquinas, que escasseavam, pelos braços

de milhões trabalhadores rurais, que abundavam. Em agosto de 1958, instituíram-se 24 mil “comunas populares”, quadro geral administrativo, militar, econômico, de no máximo cem mil habitantes, idealmente auto-suficientes. Em torno de 740 mil cooperativas foram coletivizadas, pondo fim à exploração familiar da gleba, de raízes históricas. Os camponeses passaram a trabalhar as agora terras coletivas em “brigadas” de trabalhadores, com instrumentos no geral próprios à exploração agrícola familiar. Seus animais seriam entregues às propriedades coletivizadas. A iniciativa crescia o tempo e a intensidade de trabalho, já que a mesma produção devia ser feita com menos braços, para liberar trabalhadores para a indústria e outras atividades. As comunas foram apresentadas como embriões da sociedade comunista, vista em um viés fortemente milenarista agrário. (MAITAN, 1969. p. 34; SCHRAM, 1968, p.1.)

Abandonava-se a proposta *soviética* de planificação nacional centralizada, de produção de escala, dos *trusts* industriais e de obras infra-estruturais de grande porte, etc. Em boa parte, tudo isso seria substituído por centenas de milhares de pequenas indústrias, micro-hidroelétricas, micro-siderurgias, etc. rurais, nas milhares de “comunas populares” semi-autônomas. Essas pequenas e micro-empresas eram propriedade do Estado e da comunidade local — “Empresas de Cantão e Povoados” (ECP). Através do país, generalizaram-se as “fornalhas de quintal”, orgulho da campanha do Grande Salto Adiante, produzindo aço de baixa qualidade, não raro inservível à grande indústria, a preço superior ao das grandes siderurgias. As “brigadas” de trabalhadores rurais e seus dormitórios e refeitórios coletivos objetivavam liberar mão-de-obra da agricultura, com destaque para as mulheres, *emancipadas* das tarefas domésticas, em favor sobretudo da produção industrial no campo — até vinte milhões de trabalhadores. As cidades foram invadidas por menor número de trabalhadores rurais temporários incorporados à produção industrial — 2,5 milhões em 1957, 12 milhões, em 1958. Procedeu-se a uma verdadeira militarização do trabalho. Resolução de 1958 propunha que a “fábrica era um campo militar” e, “diante da máquina, o operário é disciplinado como o soldado.” O Grande Salto permitiu avanço viciado da produção industrial e queda em flecha da produção agrícola — entre 1958 e 1960, a produção de cereais retrocedeu em 30%. (GUILLERMAZ, 1970. p. 232.)

Propunha-se que a interiorização-ruralização da produção geral seria igualmente a melhor forma de defesa diante dos inimigos externos. Mao Tsé-Tung definira política militar de defesa descentralizada e derrota do inimigo exterior no interior da China, apoiada em milhões de combatentes militares e civis. Tratava-se de reprodução da estratégia militar da Longa Marcha. O Grande Salto Adiante era proposta de caminho diverso ao socialismo,

questionado pela facção chinesa “soviética”, que propunha planejamento centralizado e investimento inicial na indústria pesada. Boa parte da alta oficialidade das forças armadas apoiava essa proposta, defendendo modernização do armamento e estratégia militar condizente à nova situação do país. Bem ou mal, esse dois últimos setores expressavam o proletariado industrial, ainda que em forma distorcida. Por outro lado, o Grande Salto Adiante conheceu a oposição de quadros da direção do PCC que expressavam a economia pequeno-mercantil da imensa massa camponesa, com destaque para os camponeses médios e médios-ricos. Esses setores propunham a manutenção e o inevitável desenvolvimento da produção mercantil-capitalista, em detrimento da construção da área socialista.

Compreende-se a oposição ao Grande Salto da enorme massa camponesa que garantira a vitória da revolução. Em grande parte, ela não era infensa ao trabalho coletivo e tinha sentimentos igualitários de raízes históricas. Entretanto, nas “brigadas de trabalho” das “comunas rurais”, os agora trabalhadores rurais eram submetidos a uma exploração coletiva compulsória, com instrumentos rústicos da pequena produção familiar, em jornadas produtivas exaustivas, com escasso repouso, para aumentar a produção e liberar mão-de-obra. A nova modalidade de exploração, que objetivava transferir parte do valor-força de trabalho rural para financiar a industrialização, não foi jamais acompanhada pela mecanização do trabalho — tratores, caminhões, ceifadoras, etc. Nas “comunas” e “brigadas”, abandonou-se a remuneração pela produção do trabalho individual, o que era impossível de se fazer, impondo-se pagamento, em espécie e numerário, calculado através de complexa contabilidade e no contexto de *incentivos* morais - “remuneração comunista”, “servir ao povo”, etc. Uma remuneração sempre inferior à obtida na gestão familiar dos lotes então aglutinados. Os camponeses se negaram a uma longa marcha onde seu trabalho resultava em queda das condições já exíguas de existência. Tratava-se mais uma vez da tentativa desastrosa de “acumulação socialista originária”, apoiada na expropriação parcial da renda rural, através de reorganização da produção, de incentivos morais, sem a entrega de implementos agrícolas, da manutenção e aumento do nível de consumo e da oferta de manufaturados. Repetiam-se os grandes erros da coletivização autoritária e voluntariosa da agricultura da URSS dos anos 1930.

### Quanto Maior o Salto, Maior a Queda

O Grande Salto Adiante foi iniciativa voluntarista, autoritária, irrealista e desorganizada, que ensejou inevitável queda da produtividade geral da economia da grande, da pequena, da média produção industrial e sobretudo da produção agrícola. Um enorme mal-estar estendeu-se através do mundo rural chinês. Ajudada por desastres climáticos e pela retirada, em julho de 1960, dos técnicos russos, a quebra da produção teria ensejado a morte de dez a quinze milhões de chineses, por fome e penúria, com destaque para os anos 1960-2 — “Grande Fome”. Devido à crise, o país passou a importar alimentos, lançando mão das limitadas reservas em moeda estrangeira. A liderança do “Grande Timoneiro” no PCC, até então incontestado, debilitou-se fortemente. Era necessário retroceder, para não comprometer o próprio destino da revolução e do PCC. Já em fins de 1958 se empreendia tentativa de recuo, pondo fim à proposta de sociedade comunista em uns vinte anos, determinando doze horas mínimas para sono, alimentação e lazer; modificando a forma de pagamento; abrindo possibilidade para a restituição da propriedade coletivizada. No ano seguinte, houve novas correções, sobretudo quanto ao hiper-centralismo igualitário.

Em abril de 1959, com a constatação ainda parcial do desastre, que revelaria sua enorme dimensão nos anos seguintes, Mao Tsé-Tung foi afastado e substituído na presidência do país por Liu Shao-chi (1898-1969), terceiro homem na linha de poder do PCC. Mao Tsé-Tung manteve entretanto forte facção no comitê central. Quando da Revolução Cultural, Liu Shao-chi foi acusado de ter defendido os interesses dos proprietários de indústrias privadas nos primeiros anos após 1949, além de outras iniciativas pró-capitalistas. O certo é que, em 1961, abandonou-se de vez a iniciativa desastrosa. (MAITAN, 1969, p. 11, 34, 35-6.) O fracasso do Grande Salto Adiante fora enorme: em 1965, a economia chinesa retornava ao nível de 1958! A reorientação ensejou uma ampla distensão em favor da economia pequeno-mercantil rural e recuo nas medidas pró-socialistas: reduziu-se a planificação a um ano; enfatizaram-se as cooperativas, o consumo e a economia rural pequeno-mercantil; permitiu-se que os camponeses vendessem sua produção excedente, após entregar ao governo o contratado, por preço tabelado; autorizou-se a abertura dos mercados locais, etc., aumentando, assim, a produção, a desigualdade social no campo e a acumulação mercantil.

As comunas permaneceram sobretudo como unidades administrativas. Dezenas de milhares de indústrias rurais cooperativas foram fechadas, enquanto outras prosseguiram suas atividades, sob a direção privada ou *cooperativada*. O Grande Salto, previsto para avançar a construção da ordem socialista através de uma via chinesa, resultava na consolidação da exploração e da acumulação pequeno mercantil rural, agora, não apenas

agrícola. Recuava a já restrita adstringência da planificação sobre a Lei do Valor, ou seja, da acumulação mercantil-capitalista. E dezenas de milhões de “empreendedores” passaram a acumular pequenos e médios capitais, que tinham dificuldades em rentabilizar. Possivelmente os capitais dos proprietários indenizados foram postos a frutificar, nas novas condições.

De certo modo, na Rússia soviética, a decretação da NEP, devido ao descalabro econômico do país, após a Guerra Civil (1919-1922), surgiu como proposta de política de abertura transitória à economia pequeno-mercantil, para apoiar a seguir a grande produção industrial estatal. Portanto, na URSS, ela antecedeu o processo de industrialização acelerada e coletivização forçada dos campos. Na China, uma espécie de NEP não declarada seguiu-se ao mesmo ensaio de coletivização forçada do campo, com as “características chinesas”, quando já havia parque industrial consolidado, ainda que de dimensões limitadas. E, como veremos, o passo em direção da grande produção industrial estatal-socialista jamais seria dado. Em 1962, teria-se ensaiado uma reaproximação à URSS. (MENDE, maio 1968, p.8.) Entretanto, os setores que ganhavam força na sociedade e no PCC eram outros e apontavam em sentido inverso.

Com a recuperação da produção mercantil agrícola, a facção pró-capitalista, capitaneada por Liu Shao-chi e Deng Xiaoping, propôs que o importante era o desenvolvimento das forças produtivas materiais da nação e não qual fosse seu caráter e, conseqüentemente, seus beneficiários — ou seja, apontava para as relações mercantis-capitalistas. Em 1962, Deng Xiaoping, que assumira em 1957 o secretariado do PCC, pronunciou a célebre frase que sintetizava o programa de desenvolvimento chinês através da via mercantil: “Não importa se o gato é preto ou branco, desde que cace os ratos.” O programa de retorno ao capitalismo era a política apoiada e incentivada sobretudo pelos *kulaks* chineses, pelos *nepmen* das pequenas e médias manufaturas rurais não extintas, pelos ex-capitalistas indenizados após a Revolução. Em 1964, Xu Enlai, primeiro-ministro desde 1949, segundo homem na linha do poder, propôs também a política das “Quatro Modernizações” — Agrícola, Industrial, Defesa, Tecnologia.<sup>1</sup> Mais tarde, ele se transformaria em referência das reformas pró-economia mercantil.

### 2.3. Grande Revolução Cultural Proletária que não Gostava de Proletários

<sup>1</sup> MANDEL, E. Le premesse di una rivoluzione antiautocratica. (1990). MAITAN, L. (org). *La Cina di Tianenmen*. Bolsena: Massari, 1999. p. 44.

Afastado do coração do poder, Mao Tsé-Tung controlava forte facção do comitê central e era ainda a grande referência do partido, do Exército Popular de Libertação Nacional e da população camponesa. Ele e sua facção empreenderam contra-ofensiva *político-cultural* contra a direção do governo, que impulsionava a abertura aos interesses mercantis. Em um primeiro momento, a facção maoísta teria empreendido movimento defensivo, ainda quando do Grande Salto Adiante, ao impedir qualquer autocritica explícita do desastre que se instalara. Entretanto, teve que ceder espaço e pactuar acordo de cedência. Em 27 de abril de 1959, Liu Shao-chi era designado presidente da República, cargo antes ocupado por Mao Tsé-Tung, como visto. Entretanto, em agosto de 1959, na 8ª sessão do 8º Comitê Central, no lago de Lushan, em Pequim, no contexto de duríssimo confronto, o marechal e ministro da guerra Peng Dehuai, de origem camponesa, questionou as estatísticas manipuladas, o desperdício dos refeitórios comunais, o desequilíbrio entre as diversas áreas produtivas devido à falta de planejamento, o desastre econômico do Grande Salto. Teria proposto que, se o camponês chinês não fosse “bom”, o PCC teria conhecido sucessos iguais ao levante operária na Hungria, em 1956. Mao Tsé-tung e Lin Piao atacaram duramente o herói militar da guerra de libertação e comandante das tropas chinesas na Coréia. Resolução aprovada pela maioria do CC, não publicada na ocasião, anatematizou Peng Dehuai, acusado de se opor ao Grande Salto, de organizar tendência anti-partido e pró-burguesa, etc.

Peng Dehuai e seus apoiadores perderam os encargos e permaneceram no partido formalmente. Apenas defenestrado, ele foi substituído, em setembro de 1959, por Lin Piao, na chefia do ministério da Defesa, do qual foram afastados os oficiais ligados a Peng Dehuai e a suas propostas. Já em outubro de 1959, Lin Piao publicou opúsculo defendendo e enquadrando o exército segundo a tradição da Guerra de Libertação e o “pensamento do presidente Mao”. O controle da maioria do comitê central e das forças armadas permitiram que um contra-ataque *maoista* fosse empreendido, alguns anos mais tarde.

A contra-ofensiva se radicalizou, em inícios dos anos 1960. O 10º Plenum do CC, em setembro de 1962, sinalizou a política de endurecimento do controle burocrático político e ideológico. Efetivamente, no ano seguinte, foi lançada a campanha “educação socialista”, que se propunha anti-restauracionistas e denunciava os desvios burgueses, conservadores, tradicionalistas no Partido e na sociedade — liberalismo, confucionismo, taoísmo, budismo, etc. Em 1964, por iniciativa do general Lin Piao, que construía o consenso maoísta no exército popular, e propunha esse último como referência maior da Revolução na sociedade, publicaram-se centenas de milhões de exemplares do *Livro*

*Vermelho*, com *extratos* dos pensamentos do Presidente Mao Tsé-tung, espécie de Bíblia maoísta sintética, que exigia exegese para sua aplicação. De novembro de 1965 a julho de 1966, Mao Tsé-Tung, Lin Piao e a facção maoísta do comitê central se sobrepuseram na disputa *cultural, atacando inicialmente* o grupo de Pequim e seu dirigente, Peng Chen. O objetivo da ofensiva era Liu Shao-chi e seus apoiadores.

Os opositores ao *maoísmo* criticavam o Grande Salto Adiante e o uso irracional dos recursos econômicos. Apoiavam a economia individual, os incentivos materiais, um ritmo mais lento de desenvolvimento, uma maior abertura da sociedade chinesa e criticava o culto a Mao Tsé-Tung. Havia aqueles que defendiam aliança com a URSS. Articulava-se nova direção em torno de Liu Shao-chi (MAITAN, 1969. p. 69.) A disputa dava-se igualmente em torno da organização do Exército Popular de Libertação; a organização popular-guerrilheira maoísta, sob a direção de comitês do partido, ou o exército moderno, no estilo da URSS, com ampla autonomia de comando. Guerra popular contra guerra regular. Outro ponto de disputa era a aliança militar com Moscou, atacada duramente por Mao e Lin Piao. O maoísmo definia a URSS como social-imperialista. O corolário de tal visão era a aproximação com o imperialismo estadunidense avançada por Mao Tsé-Tung.

No bojo da Grande Revolução Cultural Proletária (1965-69), Mao Tsé-Tung voltou ao topo do poder, secundado pelo marechal Lin Piao, apoiado nas forças armadas e na “Guarda Vermelha”, organizada pela direção maoísta a partir de agosto de 1966 —dez milhões de jovens—, com o objetivo retórico de atacar às permanências burguesas do passado e revisionistas do presente. Para tal, determinou-se recesso acadêmico. Firmemente enquadrados pelo PCC e pelas forças armadas, os jovens “Guardas Vermelhos”, após a interrupção do ano letivo, percorreram o país organizando manifestações, derrubando símbolos do passado, trocando o nome de logradouros, etc. Excederam-se revelando apartamentos, restaurantes, hotéis de luxo frequentados pelos sobreviventes do antigo regime, por estrangeiros, por burocratas do PCC, o que causava embargo e desgosto aos dirigentes maoístas. A Revolução Cultural atacou o regime escolar e acadêmico, a “cultura burguesa ocidental” como um todo. Propunha colocar a “Política no posto de comando”, ou seja, que ela substituísse os técnicos, especialistas, administradores, cientistas, etc. em uma derrapagem de viés milenarista rural, como proposto. Os “Guardas Vermelhos” preservaram-se sempre de atacar o PCC como instituição. A direção maoísta tentou proibir o envolvimento no movimento de operários e camponeses, sob a escusa de não prejudicar a produção.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Id.ib. p. 84, 89.



Liu Shao-chi e Deng Xiaoping foram presos, morrendo o primeiro na prisão, possivelmente por falta de cuidados médicos. Os “Guardas Vermelhos” promoviam auto-críticas vexatórias dos quadros e administradores acusados de desvios burgueses e elitistas diante de multidões. Outra forma de reeducação era o envio dos *desviados* para o campo, para praticarem trabalhos rurais rústicos. A Grande Revolução Cultural Proletária cuidou de não mandá-los trabalhar nas indústrias urbanas. Sobretudo, a Grande Revolução Cultural Proletária objetivava colocar a sociedade sob a absoluta direção da facção maoísta do Partido Comunista Chinês. Atacava-se a facção degenerada do partido e se reconhecia a autoridade suprema do partido.

A Revolução Cultural retomou igualmente a proposta do Grande Salto Adiante de por fim às contradições entre a cidade e o mundo rural, entre o trabalho manual e intelectual, através de marchas em direção ao campo e das comunas rurais. O movimento era de resistência burocrática e super-estrutural à deriva pró-mercantil, apoiado mais no igualitarismo nivelador dos camponeses pobres do que nas tradições e princípios do proletariado industrial. Ele não questionou o poder burocrático do PCC; não chamou os trabalhadores industriais a construir seus órgãos de poder; não golpeou a base econômico-social da restauração mercantil, apoiada em centenas de milhões de camponeses, ensaiando apenas renascimento e fortalecimento das comunas populares, já fracassadas.

### **A Grande Revolução Cultural Proletária sem Proletários**

A reação da classe trabalhadora urbana à Grande Revolução Cultural Proletária foi contraditória. Em dezembro de 1966 e janeiro de 1967, sucederam-se amplos movimentos grevistas sobretudo em Xangai e em outras regiões industriais, com reivindicações relativas ao valor e atraso de salários, às condições de trabalho, ao seguro social, etc. Esses movimentos foram reprimidos pela direção maoísta e acusados de expressarem as forças pró-capitalistas. Os grevistas eram denunciados por agirem contra os *interesses do Estado* e por “economicismo”. A direção maoísta ordenou a repressão dos organizadores de greves.<sup>3</sup> Por um lado, sobretudo os trabalhadores permanentes das indústrias do Estado (*zhigong*), com melhores condições de existência, se organizaram contra a proposta dos jovens “Guardas Vermelhos” de suprimir o “estímulo individual”, com nivelção por baixo. Eles formaram o “Quartel Geral Nacional dos Operários Vermelhos”, sob inspiração da

---

<sup>3</sup> Id.ib. P. 118.

burocracia, em oposição à Revolução Cultural. (TROTSKY, L., 1963. p. 443-636. p. 515.) Por outro lado, os trabalhadores urbanos e industriais temporários, não residentes, que não gozavam dos direitos dos permanentes, construíram, sob a influência dos “Guardas Vermelhos”, o “Quartel Geral dos Operários Rebeldes”, para avançar suas reivindicações profissionais.

Muito logo, as cidades industriais foram controladas pelos jovens dirigentes dos Guardas Vermelhos, enquadrados rigidamente pelo Exército, sob a direção da facção maoísta do Comitê Central. Comumente, eles procuravam iniciar carreira política e progredir no novo organograma do PCC em constituição, conquistando as vantagens correspondentes. O programa dos trabalhadores temporários não foi satisfeito e não houve unificação política do proletariado como um todo, que jamais conquistou autonomia e centralidade política durante a Grande Revolução Cultural que levava indevidamente seu nome.

Menos importantes foram os movimentos nos campos, nos quais dominavam as reivindicações da economia pequeno-mercantil: mais liberdade para o mercado livre, mais terra para as explorações individuais, etc. Era clara a ruptura política entre o campo e a cidade. Nesse contexto geral, as forças armadas, propostas como “pilar fundamental da ditadura do proletariado”, intervieram diretamente na Revolução Cultural, secundando, dirigindo e controlando os “Guardas Vermelhos”. (MAITAN, 1969, p. 125, 99-108.) Dirigidas por Mao Tsé-Tung, Lin Piao e a facção maoísta, e enquadradas pelas forças armadas, as Guardas Vermelhas haviam sido direcionadas para o “assalto” das direções regionais favoráveis a Liu Shao-chi e Deng Xiaoping, que foram substituídas por “comitês revolucionários” obedientes à facção maoísta. Quando o movimento concluiu-se, em 1968, dois terços dos membros do comitê central haviam sido substituídos por fiéis ao maoísmo. As direções regionais, em geral opostas ao Grande Salto, haviam sido igualmente decapitadas. (JOYAUX, Mai 1969, page 3.)

Em 1967 e 1968, as “Guardas Vermelhas” dividiam-se em múltiplas facções, não raro digladiando-se entre si. Os choques violentos com mortos sucediam-se com crescente frequência. A Grande Revolução Cultural Proletária começou a conhecer dura resistência nas províncias, com o apoio de forças armadas locais, que resultou em alguns confrontos mais sérios. Obtido o domínio da direção do PCC, Mao Tsé-Tung, Lin Piao e sua facção decretaram a dissolução das milícias estudantis, que foram reprimidas quando necessário por forças militares. (LOPES, maggio 2020.) Salvo engano, não há estudos sobre os milhares de jovens que se transformaram em quadros dirigentes nesse processo. A paz foi

imposta nas fábricas e entre os “Guardas Vermelhos” com a transferência para o campo de dezessete milhões de trabalhadores jovens, para ajudar a retomada da produção agrícola, em crise. (BARBIERI, \*-\*-.) O movimento foi mantido em marcha lentíssima, com objetivos sobretudo formais. Fora alcançada a substituição do comando de fato do PCC, objetivo central da Grande Revolução Cultural, que era. Ela não almejava e não avançou modificações determinantes na organização social da produção ou na gestão política.

#### 2.4. O Início do Fim da Era Maoista (1949-1978)

De 1 a 24 de abril de 1969, em Pequim, realizou-se o 9º Congresso do PCC, com canonização de Mao Tsé-Tung e de seu “pensamento”. Os delegados foram cooptados e não eleitos. O comitê central foi amplamente alargado, 484 membros com os suplentes, com o ingresso de novos chegados, em geral desconhecidos. A velha guarda comunista, forjada na guerra de libertação, praticamente desapareceu — apenas 53 membros no total do CC. Numerosos militares foram designados como membros plenos do CC (25%), com o fortalecimento do marechal Lin Piao como literal “príncipe herdeiro”. O grupo permanente do Burô Político foi constituído por Mao Tsé-Tung, Lin Piao, Chou En-Lai, Ch’em Po-ta, K’ang Sheng - *dirigentes* dedicados da Revolução Cultural, à exceção do terceiro, transformista. (GUILLERMAZ, 1973. p. 484 *et seq.*; PIAO, s.d. p- 97)

A Revolução Cultural e o 9º Congresso não promoveram modificações nas relações sociais de produção, sustando, quando muito, algumas iniciativas oficiais de “correção” do Grande Salto. A consigna do congresso foi continuar a “eliminar completamente a burguesia”. A desordem motivada pela Revolução Cultural; a consigna de colocar a “política” na direção de todos os assuntos, que motivou o retraimento dos técnicos e administradores; etc. propiciaram retrocesso e desorganização na economia, situação que favoreceu o avanço da acumulação pequeno-mercantil através do país. A ofensiva maoísta centrara-se nos quadros superiores e pouco se preocupara com a multidão de quadros médios e inferiores do PCC, em geral, pouco simpáticos para com a Revolução Cultural. (BETTELHEIM, 1976. p. 103 *et seq.*)

### O fim da retórica esquerdista

O movimento comandado por Mao Tsé-Tung e seus escudeiros não dispunha de programa político e de bloco social sólido de apoio, perseguindo sobretudo o domínio burocrático super-estrutural do PCC. Seu esquerdismo verbal, quando da Revolução Cultural e sua crítica à URSS pela sua tibieza na luta anti-imperialista se dissolveram rapidamente. Em 15 de julho de 1971, o presidente Nixon anunciou viagem a Pequim, consolidando-se a aproximação China-USA que se manteria por décadas, praticamente até a administração Donald Trump (2016-2020). A aproximação iniciara em torno de um ano após o 9º Congresso, que propusera o combate a “burguesia” no país. (CASA BRANCA, 2020.; LOSURDO. *Fuga dalla Storia*. Ob.cit. p. 184)

A nova situação causou um golpe duríssimo à URSS e ensejou imediata e radical reorientação da direção maoísta, que interrompeu o apoio às revoluções anti-imperialistas no Terceiro Mundo. O esquerdismo retórico e super-estrutural da Revolução Cultural conquistou imenso público universitário europeu, ensejando o surgimento de uma miríade de novos partidos, organizações, grupos, coletivos, etc. marxistas-leninistas. No Brasil, o PCdoB e facções da Ação Popular aderiram ao maoísmo e ao marxismo-leninismo. A convergência entre os USA e a China, em 1971 e 1972, ensejou enorme crise no movimento marxista-leninista, que, não raro, pôs-se sob o *farol* da Albânia de Enver Hoxha. (FRASSON, p. 24.; MAESTRI, setembro 4-11, 2020.)

Em 13 de setembro de 1971, o marechal Lin Piao e membros de sua família; Huang Yungsheng, chefe do Estado Maior das forças armadas; o comandante da força aérea Wu Fa-hsien; Li Tso-peng, primeiro comissário político da Marinha e outros altos responsáveis militares morreram em desastre de aviação na Mongólia, já longe das fronteiras chinesas, quando aparentemente fugiam para a URSS. Mais tarde, Lin Piao seria acusado de organizar golpe de Estado, preventivo à sua esperada destituição. Sabemos pouco sobre as razões políticas da pugna mortal no mais restrito círculo maoísta. Propõe-se que Lin Piao se opunha à aproximação estratégica com os USA, apoiada por Mao e organizada por Chou En-Lai (1898-1976), e que era favorável à modernização das forças armadas. (MASSARI, 1999. p. 115.)

O desaparecimento de Lin Piao golpeara a *ala esquerda* do maoísmo e deixara o “Grande Timoneiro” sem sucessor. Fisicamente decadente, Mao entregou as rédeas do poder a Huo Guofeng (1921-2008), que, pressionado, obteve a reabilitação de Deng Xiaoping e seu retorno ao governo. Acelerando-se o declínio físico e político de Mao, Chou

En-Lai e Deng Xiaoping passaram a disputar a direção do governo pós-Mao com a frágil facção dirigida pela esposa de Mao Tsé-Tung, Jiang Qing (1914-1991), que comandava a Revolução Cultural em seus extertores. A morte de Chou En-Lai ensejou as manifestações de 5 de abril de 1976, contra a Revolução Cultural, apoiadas pela facção de Deng Xiaoping, que foi enviado, agora, para prisão domiciliar. Mas a partida já estava decidida. (TAROSKY, 2020; DINUCCI, 1975. p.175 *et seq.*; MENDE, 1968, p.8.)

### O Fim da Longa Marcha

Em 9 de setembro de 1976, Mao Tsé-Tung morria, em meio à eferescência social e greves operárias. Semanas mais tarde, por ordem de Huo Guofeng, sem a proteção do “Grande Timoneiro”, Jiang Qing e seus próximos foram presos, reprimindo-se sem dificuldades o que restava da facção burocrática *anti-restauracionista* do PCC. A facção passou a ser conhecida como o “Bando (Gangue, Camarilha) dos Quatro”, em campanha geral de difamação contra ela e a Revolução Cultural. (BETTELHEIM, 1978.) Em agosto de 1977, o 11º Congresso do PCC oficializou o fim da Grande Revolução Cultural Proletária. No mesmo ano, se concedeu importante aumento aos trabalhadores manufatureiros e outros.

Reabilitado novamente, Deng Xiaoping retornou ao governo para empreender a política de “reformas e abertura”, em dezembro de 1978, quando do Terceiro Pleno do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China. Lênin definira a NEP como “retirada” provisória “em vista de um posterior ataque”. Em dezembro de 1978, no Terceiro Pleno do 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, oficializou-se “gigantesca e prolongada NEP”, uma “via chinesa para o socialismo” apoiada no mercado e no grande, médio e pequeno capital nacional e internacional, sob controle rígido do PCC. (BUCHARIN, N. & PREOBRAZENSKIJ, 1973.p. IX.)

Segundo a versão oficial do Partido Comunista Chinês, de 2012, naquela ocasião, sob o comando de Deng Xiaoping, os membros do C.C. do partido analisaram as experiências obtidas desde a fundação da República Popular e “emanciparam suas mentes”, “buscaram a verdade dos fatos”, “mudaram o foco do trabalho de todo o Partido para o desenvolvimento econômico e defenderam a reforma e abertura para o mundo exterior.” Era o fim da Era Maoísta ou Socialista Burocrática (1949-1978). Consolidava-se a proposta

do “socialismo com características chinesas no 21º século”. Era a contra-revolução capitalista que começava sua marcha triunfante.

Agradeço a leitura da linguista Florence Carboni

## Referências

- BETTELHEIM, Charles. *Questions sur la Chine, après la mort de Mao Tsé-toung*. Paris: Maspero, 1978.
- BETTELHEIM, Charles. *L'organizzazione industriale in Cina: e la rivoluzione culturale*. Milano: Feltrinelli, 1976.
- BUCHARIN, N. & PREOBRAZENSKIJ, E. *L'accumulazione socialista: a cura de Lisa Foa*. Roma: Riuniti, 1973. 378 pp p. IX.)
- Casa Branca. Departamento de Estado. Abordagem estratégica dos Estados Unidos para a República Popular da China. 20 de maio de 2020.
- DAUPHIN, Jacques Le. Les enjeux géopolitiques du bras de fer otan-russie. *Recherches Internationales*. N° 108 - Janvier-mars 2017. p. 34-43.
- DINUCCI, Manlio. *La lotta di classe in Cina. 1949-1974*. Milano: Mazzotta, 1975. p.175 *et seq.*;
- GUILLERMAZ, Jacques. *La Chine Populaire*. 7 ed. Paris: PUF, 1959. p. 20.
- GUILLERMAZ, Jacques. *Storia del Partito Comunista Cinese. 1921-1949*. Milano: Feltrinelli, 1970.
- GUILLERMAZ, Jacques. *El Partido Comunista cinese al potere. 1949-1972*. Milano: Feltrinelli, 1973.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. A hegemonia do imperialismo e a ascensão da China. Brasil de Fato, 17/06/2020;
- JOYAUX, François. Le IXe congrès du parti communiste chinois a confirmé les principes qui sont à l'origine de la révolution culturelle. *Le Monde Diplomatique*, Paris, Mai 1969, page 3.
- KARABEL, Jerome Un trumpisme sans Donald Trump. *Le Monde Diplomatique*, Décembre 2020, page 13.
- LETIZIA, Vito. A pesada herança histórica da China moderna. *A grande crise rastejante*. São Paulo: Caros Amigos, 2012. p. 104;
- MOROZOV, Evgeny. Bataille géopolitique autour de la 5G *Le Monde Diplomatique*, outubro de 2020, p. 22-3.
- MASSARI, Roberto. Le Guardie Rosse di Mao. MATTAN, L. (org). *La Cina di Tianenmen*. Bolsena: Massari, 1999. p. 115.



LEW, Roland. La méfiance persistante de l'ouvrier chinois : une vieille tradition de lutte dans un secteur industriel encore très minoritaire. *Le Monde Diplomatique*, aout 1981, p. 8,9 e 10; LETIZIA. A pesada herança (...). Ob.cit. p. 115.

LOPES, T. Camarinha Lopes. Charles Bettelheim sulla Rivoluzione Culturale Cinese. *Bolletino Culturale*, 17 maggio 2020.  
<https://bollettinoculturale.blogspot.com/2020/05/charles-bettelheim-sulla-rivoluzione.html>

LOSURDO, Domenico. *Fuga dalla Storia? La rivoluzione russa e la rivoluzione cinese oggi*. Napoli: La scuola de Pitatora, 2012. 312 p.

MAITAN, Livio. *Partido, esercito e masse nella crise cinese: una interpretazione marxista della rivoluzione culturale*. Roma: Samonà e Savelli, 1969. P. 13.

MAO TSÉ-TUNG, “Sobre la táctica de la lucha contra el imperialismo japonés”, *Obras Escogidas*, Tomo I, Pequim, Ediciones em Lenguas Extranjeras, 1972, p. 84. Citado por BARBIERI, André. Notas sobre a formação da classe operária da China, 1840-1989. *Esquerda Diário*, 21.06.2020. <https://www.esquerdadiario.com.br/Notas-sobre-a-formacao-da-classe-operaria-da-China-1840-1989>

MENDE, Tibor. Pourquoi la Chine doit renoncer au « grand bond en avant » et se rapprocher de l'Union Soviétique. *Le Monde Diplomatique*, mai 1968, p.8.  
<https://www.monde-diplomatique.fr/1962/05/MENDE/24726> (consultada em 05.01.2020.)

MOROZOV, Evgeny. Bataille géopolitique autour de la 5G *Le Monde Diplomatique*, outubro de 2020, p. 22-3-

PARANÁ, Edemilson & RIBEIRO, Valéria Lopes. Virtù e Fortuna: A Trajetória da ação desenvolvimentista chinesa e seus desafios contemporâneos. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Setembro 2019 – Dezembro 2019. p. 51.

*Apud.* PEDROZO, Gustavo E. A via chinesa de desenvolvimento e o papel das empresas estatais na dinamização da economia. *Aurora*, III, 4, julho de 2009.  
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1207>. P. 49

PIAO, Lin. *Rapporto al IX Congresso del Partito Comunista Cinese*. Roma: Servire il Popolo, s.d. 97, 484.

PREOBRAZHENSKY, E. *La nueva economía*. (1926). Mexico: Era, 1971. P.30

SCHRAM, Stuart R., En Chine, la grande révolution culturelle vise à rendre la jeunesse apte à poursuivre la lutte pour le communisme. *Le Monde Diplomatique*, Paris, septembre 1968, p.1

TAROSKY. Charles Bettelheim sulla Rivoluzione Culturale Cinese. *Bolletino Culturale*, 17 maggio 2020. <https://bollettinoculturale.blogspot.com/2020/05/charles-bettelheim-sulla-rivoluzione.html> ;

TROTSKY, L. *La révolution trahie*. (1936). id, *De la Révolution*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1963. p. 443-636. p. 515.

*Recebido em: 14/02/2021*

*Aceito em: 20/05/2021.*

*Publicado online em: 23/05/2021*

